

QUE AS AUTORIDADES

DEVEM RESPONDER

11 DE FEVEREIRO 2019

ANISTIA INTERNACIONAL

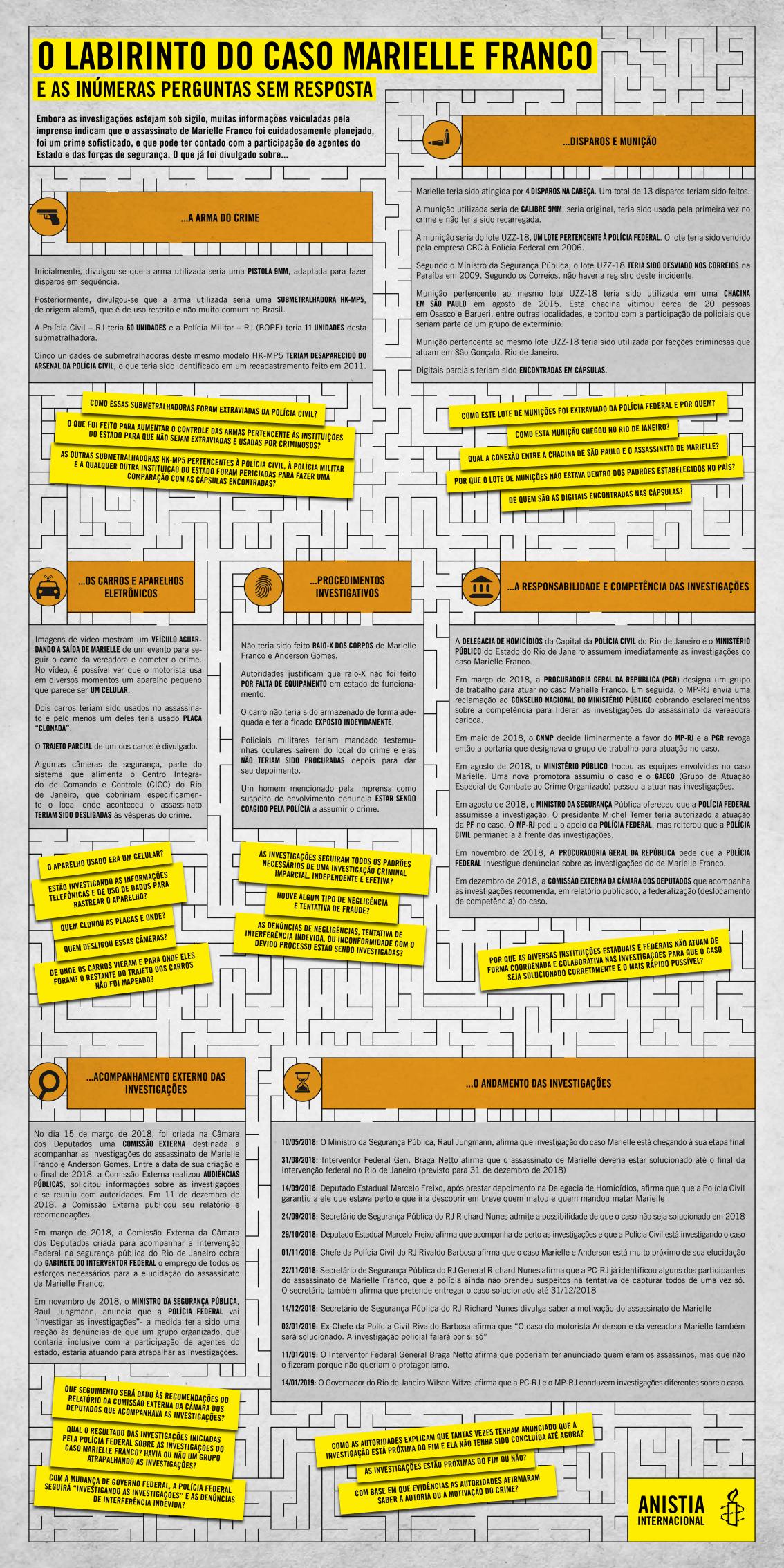


Na noite do dia 14 de março de 2018, a defensora de direitos humanos Marielle Franco foi morta a tiros no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Outras duas pessoas estavam no veículo no momento do crime: o motorista Anderson Gomes, que também morreu na hora, e uma assessora de Marielle, que sobreviveu.

Marielle Franco, carioca nascida e criada na favela da Maré no Rio de Janeiro, tinha 38 anos de idade, atuava há mais de dez anos defendendo os direitos humanos de mulheres e jovens negros, de moradores de favelas do Rio de Janeiro, de pessoas LGBTI. Ela também denunciava as execuções extrajudiciais e outras violações de direitos cometidas por policiais e agentes do estado. Ela foi a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016, iniciando seu primeiro mandato em janeiro de 2017. Marielle também era a relatora da Comissão Representativa da Câmara de Vereadores, criada para monitorar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro decretada em 16 de fevereiro de 2018.

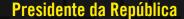
Quase onze meses depois, o caso de Marielle Franco ainda parece estar dentro de um labirinto de becos sem saída e caminhos inexplorados. Acima de tudo, há muitas perguntas sem respostas. As autoridades brasileiras têm o dever de garantir uma solução correta do assassinato de Marielle Franco e levar os responsáveis à justiça.

O assassinato de uma defensora de direitos humanos pode ser uma tentativa de gerar medo e silêncio, de interromper a luta por direitos, de impedir que se construa uma sociedade mais justa e igualitária. O Estado deve responder a isso com investigação e justiça e, assim, impedir que o medo e o silêncio se disseminem.



Essas são as instituições públicas e autoridades que têm a responsabilidade de agir para que as investigações do assassinato de Marielle Franco saia deste labirinto e seja solucionado.

Você acha que essas instituições e autoridades estão cumprindo com suas funções e agindo de acordo com sua missão?



O Presidente é o chefe máximo do Poder Executivo Federal, sendo auxiliado pelos Ministros de Estado, nomeados por ele (dentre eles, o Ministro da Justiça). Ao tomar posse, o Presidente se compromete a manter, defender e cumprir a Constituição Federal; observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a União, a integridade e a independência do País.

Ministro da Justiça

O Ministério da Justiça, órgão da administração pública federal, tem por função atuar no sentido da consolidação do Estado Democrático de Direito, a partir, dentre outros, da defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais.

Polícia Federal

A Polícia Federal, que integra a estrutura básica do Ministério da Justiça, tem as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

Procuradoria Geral da República

A Procuradoria Geral da República é a chefia máxima do Ministério Público Federal e exerce as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, devendo ser sempre ouvida em todos os processos. A Procuradoria Geral da República tem por missão institucional promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de Direito.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão é um órgão que integra o Ministério Público Federal e tem como funções: Proteger os direitos humanos consagrados na Constituição Federal e nos tratados internacionais; defender os direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos; pactuar medidas junto a outros atores estratégicos para prevenir violações de direitos humanos: e monitorar as denúncias de crimes que violem os direitos assegurados em tratados internacionais de que o Brasil seja parte.



Governador do Estado do Rio de Janeiro

O Governador é chefe máximo do Poder Executivo estadual e é o responsável por exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. Com a extinção da Secretaria de Segurança Pública em 2019, o Governador do estado do Rio de Janeiro passa a ter o papel não só de orientar a política de segurança pública a ser adotada a nível estadual – que deve estar alinhada às Constituições estadual e federal – mas também de gerir e coordenar as forças policiais civil e militar diretamente.

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

A Polícia Civil, subordinada ao governador do estado do Rio de Janeiro, tem por missão garantir os direitos fundamentais através da apuração eficiente e qualificada das infrações penais.

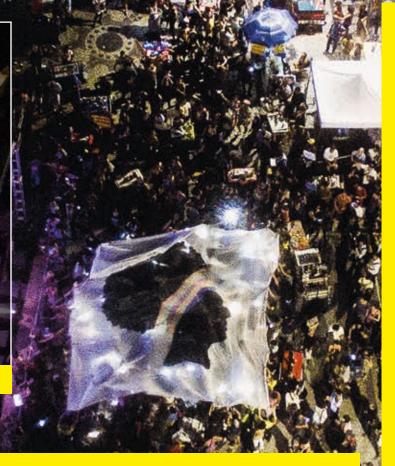
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

O Ministério Público é uma instituição autônoma e independente, que não está subordinada a nenhum dos três Poderes (Executivo, Legislativo ou Judiciário), possuindo, dentre outros, o papel de fiscalizar o cumprimento da lei. O Ministério Público é o titular da ação penal, tem poder investigativo e tem a missão constitucional de exercer o controle externo da atividade policial.

Entre em ação! **Envie mensagens**

às instituições e autoridades responsáveis para que elas respondam às perguntas que permanecem sem respostas e garantam uma solução correta das investigações do assassinato de Marielle Franco e levem os responsáveis à justiça.

ANISTIA.ORG.BR



Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro **Marcus Vinícius Braga**

Email: gabinete@pcivil.rj.gov.br

Twitter: @PCERJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro **Eduardo Gussem**

Email: secretaria.pgj@mprj.mp.br Twitter: @MP_RJ

Presidente da República Jair Bolsonaro

E-mail: gabinetepessoal@presidencia.gov.br

Twitter: @jairbolsonaro

Ministro da Justiça Sérgio Moro

E-mail: assessoria.ministro@mj.gov.br

Twitter: @JusticaGovBR

Polícia Federal Maurício Valeixo

E-mail: dg@dpf.gov.br Twitter: @policiafederal

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat

E-mail: pfdc@mpf.mp.br Twitter: @PFDC MPF

Procuradoria Geral da República Raquel Dodge

Twitter: @MPF PGR

Governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel

Twitter: @wilsonwitzel